

Distritos de Govuro e Inhassoro fazem balanço dos dois anos de implementação do novo quadro legal de partilha de receitas na província de Inhambane

- Houve, de facto, melhorias na alocação e gestão dos recursos? O novo quadro tem contribuído para um maior envolvimento das comunidades na definição de prioridades na aplicação dos fundos? E quanto a transparência e prestação de contas? Estas foram algumas das questões centrais que orientaram o Diálogo Provincial sobre Exploração de Recursos Naturais e o Direito ao Desenvolvimento das Regiões Produtoras, realizado no dia 8 de abril, com a participação de atores estatais e não estatais dos distritos de Inhassoro e Govuro.





“

Este decreto vem dar até um acréscimo ao valor, fixando 10% das receitas do sector extractivo para a região produtora. Destes, 7,25% ficou indicado como o valor ou percentagem para projectos estruturantes ao nível da província. E os 2,75% continuam ao nível do distrito.

”

Em formato híbrido, o evento reuniu actores governamentais, comunidades locais, organizações da sociedade civil, sector privado e outros stakeholders relevantes da província para

um diálogo inclusivo e baseado em evidências sobre os resultados da implementação do novo quadro legal de partilha de receitas provenientes da exploração de recursos naturais.

“Há desafios, há progressos, há expectativas”, José Matsinhe – Secretário Permanente do Distrito de Inhassoro

Fazendo as notas de abertura do evento, José Matsinhe, Secretário Permanente do distrito de Inhassoro, destacou a importância do encontro como continuidade de um processo de diálogo iniciado em momentos anteriores, centrado na partilha de receitas provenientes da exploração mineira

e petrolífera. Sublinhou que o instrumento legal em vigor — o Decreto n.º 40/2023 — resultou de um processo de adequação legislativa às realidades nacionais, substituindo a circular de 2013 que, durante anos, orientou a selecção de projectos comunitários com base nos 2,75% das receitas.



“Este decreto vem dar até um acréscimo ao valor, fixando 10% das receitas do sector extractivo para a região produtora. Destes, 7,25% ficou indicado como o valor ou percentagem para projectos estruturantes ao nível da província. E os 2,75% continuam ao nível do distrito.”

Matsinhe reforçou que a aprovação do novo decreto representa um avanço em termos de abrangência e estrutura, ao introduzir uma componente mais robusta de financiamento para além das comunidades directamente afectadas. Ao mesmo tempo, alertou para os desafios enfrentados na implementação, que justificam a realização de reflexões sobre o tema

“Há desafios, há progressos, há expectativas. E por essa razão estamos aqui”, enfatizou, para em seguida apelar à necessidade de manter o diálogo aberto e construtivo, centrado na identificação de estratégias que permitam alinhar as iniciativas comunitárias ao esforço de desenvolvimento local. Destacou, ainda, a importância de mecanismos de articulação que reforcem o papel das comunidades na dinamização económica e social dos seus territórios.

“Esta contribuição é importante para podermos ver quais são as melhores formas de poder associar e agregar iniciativas comunitárias que venham a catalisar e a dinamizar o desenvolvimento”, destacou.

A partilha de benefícios foi sempre um processo marcado por controvérsia – Professor António Jerónimo (FOSCI)

Lançando as notas iniciais para a reflexão, o Professor António Jerónimo, em representação do Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Inhassoro (FOSCI), apresentou os objectivos princi-

pais da sessão e ofereceu um enquadramento normativo e crítico da partilha de receitas da indústria extractiva em Moçambique, com foco na província de Inhambane.



No plano do quadro legal e regulatório, Jerónimo destacou que a estrutura resulta do Decreto n.º 40/2023, de 7 de julho, concebido como resposta às pressões da sociedade civil e às lacunas de transparência e participação que marcavam o modelo anterior, sustentado por uma circular de 2013. O decreto estabelece uma partilha de 10% das receitas de exploração, sendo 7,25% alocados a projectos estruturantes ao nível provincial e 2,75% afectos directamente aos distritos onde se localizam as operações extractivas.

Apesar do avanço normativo, o professor alertou para vários desafios persistentes, incluindo:

- A fraca promoção de melhores condições de vida para as comunidades hospedeiras;
- A persistente falta de transparência nos processos de gestão dos fundos;
- Os atrasos sistemáticos nos desembolsos;
- A exclusão da voz das comunidades na escolha de projectos executados;

- E casos de desvios e má gestão dos recursos transferidos.

“A partilha de benefícios foi sempre um processo marcado por controvérsia”, frisou. Jerónimo questionou a real eficácia do modelo, apelando a uma reflexão mais profunda sobre o papel das comunidades na definição e gestão dos fundos recebidos. Alertou para o risco de se manter um sistema em que os beneficiários apenas legitimam decisões já tomadas, sem influência real sobre o destino dos recursos.

Subsequentemente, promoveu uma reflexão sobre a necessidade das comunidades serem fortalecidas com capacitação técnica e organizacional, para que possam propor e gerir projectos de desenvolvimento de base — incluindo geração de rendimento e actividades produtivas — e não apenas infraestruturas visíveis, mas de utilidade limitada.

“As comunidades pedem sempre mercado, campo de futebol, entre outros. Mas precisamos de projectos que gerem rendimento, que façam sentir no

bolso o efeito da exploração.”

A sua intervenção terminou com a apresentação de três questões orientadoras para o debate, que resumem os dilemas centrais do encontro:

1. Houve melhorias na alocação e gestão dos recursos?
2. O novo quadro contribui efectivamente para o desenvolvimento comunitário e a definição

de prioridades?

3. Qual é o nível real de transparência e prestação de contas?

Concluindo, António Jerónimo convidou os participantes a romper com as lógicas de exclusão e a usar o espaço do diálogo para exigir mais equidade, transparência e participação activa no processo de desenvolvimento das regiões produtoras

Avanços, desafios e expectativas existentes sob perspectiva do Governo Distrital – José Matsinhe, Secretário Permanente do Distrito de Inhassoro



Na sua intervenção, o Secretário Permanente do Distrito de Inhassoro, José Matsinhe, apresentou um panorama detalhado do funcionamento do novo regime de partilha de receitas da indústria extractiva a partir da experiência concreta do distrito de Inhassoro. A sua intervenção articulou três dimensões principais: o circuito institucional e logístico de comunicação e decisão; os ganhos introduzidos pelo Decreto n.º 40/2023; e os desafios operacionais ainda por superar.

Matsinhe começou por explicar o percurso da comunicação orçamental, que inicia ao nível central e chega ao distrito via governo provincial. Uma vez recebida, essa comunicação é partilhada com os postos administrativos e, a partir daí, desce até

às localidades e povoações, através dos Conselhos Consultivos.

Após a comunicação dos valores, seguem-se sessões de planificação e validação, onde os projectos propostos são tecnicamente avaliados e orçamentados. A decisão final é feita pelos próprios conselhos comunitários, com acompanhamento do governo distrital.

“Temos uma sessão ordinária do Conselho Consultivo da Localidade, que depois vai tomar a decisão. E nós não paramos por ali. (...) Temos uma sessão de conselho técnico, de avaliação dos projectos, e deixamos para efeitos de análise e valorização técnica dos projectos, orçamental, e que depois o próprio Conselho Consultivo faz a priorização definitiva.”

Essa cadeia de comunicação, explicou, desencadeia um processo estruturado de auscultação e decisão comunitária, ancorado nos Conselhos Consultivos de Localidade. Contudo, como frisou, há desafios associados à representatividade efectiva des-

ses órgãos, especialmente em localidades com um número elevado de povoações. No caso específico de Maimelane, por exemplo, existem mais de 20 povoações, e há desafios de representatividade, já que o conselho consultivo local tem apenas 20 membros.

Avanços e desafios persistentes

Para Matsinhe, o Decreto 40/2023 representa um avanço substantivo face à circular anterior, sobretudo por alargar o leque de projectos elegíveis. Enquanto a norma anterior limitava as opções a infraestruturas como “estradas e pontes de interesse comunitário”, o novo quadro abriu espaço para iniciativas mais diversas e ajustadas às prioridades locais.

“Nós sentimos uma abertura legal neste Decreto 40, em que dá espaço para que as comunidades escolham outro tipo de projectos que vão influenciar o desenvolvimento na comunidade. Então, nós sentimos maior benefício às comunidades a partir destes dispositivos.”

Adicionalmente, apontou melhorias significativas no alinhamento entre os processos de planificação e execução orçamental, particularmente no que diz respeito ao tempo da comunicação. Referiu que, em 2024, a informação sobre os 2,75% foi enviada juntamente com os limites orçamentais do distrito — um avanço face a anos anteriores.

Apesar dos avanços, Matsinhe foi incisivo ao identificar um dos principais obstáculos à eficácia do modelo: os atrasos sistemáticos no desembolso dos fundos. Ainda que o orçamento seja comunicado a tempo, os recursos nem sempre são efectivamente transferidos, mesmo quando as obras já estão contratadas ou em execução.

“Nos últimos dois anos não recebemos esses fundos em tempo útil (...) Houve trabalhos, contratados empreiteiros e foram trabalhar, e tem até obras feitas, e que não houve desembolso até o dado

momento. Este é o desafio actual do desembolso atempado e de todo fundo comunicado.”

Esta incerteza compromete o planeamento e a confiança tanto das comunidades quanto dos prestadores de serviço. Acrescentou que, embora existam explicações informais ligadas a falhas nas projecções de produção das empresas extractivas, não há uma comunicação formal clara sobre as causas dos atrasos.

Matsinhe abordou ainda o funcionamento da componente dos 7,25%, gerida ao nível provincial. Reforçou que o desafio neste domínio é garantir que os critérios de selecção permitam uma rotação mais justa e inclusiva entre os vários distritos e comunidades.

Deu como exemplo um projecto proposto pelo distrito de Inhassoro — a construção de um centro de saúde no litoral — que, embora considerado elegível, não foi seleccionado: “O nosso infelizmente não passou desta vez, mas é um projecto elegível, é um projecto com toda a sensibilidade comunitária necessária.”

Concluindo a sua intervenção, deixou um apelo forte à valorização do conhecimento e da capacidade das comunidades locais, rejeitando a visão de que estas não sabem o que querem.

“Eu não concordo geralmente em dizer que as comunidades não sabem o que querem. (...) O que pode acontecer é mostrar os caminhos que estão acima da localidade, acima da povoação, para que elas tenham visão deste curso”, frisou.

“Não compete à empresa gerir as receitas do Estado”, Mateus Mosse – Director Sénior de Assuntos Corporativos na Sasol

Por seu turno, Mateus Mosse, Director Sénior de Assuntos Corporativos na Sasol, partilhou uma visão crítica e esclarecedora sobre o papel do sector privado no modelo de partilha de receitas provenientes da exploração de recursos naturais. A sua

intervenção procurou clarificar responsabilidades institucionais, realçar as limitações do actual modelo de alocação dos 2,75% e lançar um apelo ao aprofundamento do debate sobre a justiça fiscal no sector extractivo.



Mosse começou por reconhecer que, embora a empresa não tenha responsabilidade directa na gestão ou execução dos fundos, o papel da Sasol é fundamental, pois os valores a serem transferidos resultam da sua produção: “A empresa desempenha um papel muito importante, até porque todo esse cálculo [das transferências para as comunidades] é feito com base na produção e quem produz é a empresa.”

No entanto, chamou atenção para uma expectativa frustrada: o anúncio feito em 2022 pelo governo de que 10% de todas as receitas fiscais dos recursos naturais seriam canalizadas para as províncias onde ocorre a extracção. Segundo explicou, na prática, essa proposta não foi aprovada pelo parlamento.

“A nossa expectativa ficou parcialmente gorada, porque, no final, o parlamento, que somos nós o povo, não aprovamos esta linda proposta do governo (...). Continuamos a receber 2,75% do imposto de produção, que são royalties, e para nós, de 2022 para cá, não mudou nada.”

Com base nos dados de produção de 2023, expli-

cou que os royalties representaram cerca de 15% de todas as receitas arrecadadas pelo Estado moçambicano junto da Sasol. Ainda assim, os 2,75% que são alocados às comunidades referem-se exclusivamente a essa componente, não a todo o pacote fiscal (que incluiria IRPC, IRPS e outros impostos).

Para ilustrar a limitação material dos recursos alocados, Mosse serviu-se de dados recentes sobre as transferências efectuadas aos distritos de Inhassoro e Govuro. Segundo explicou, no total, os dois distritos receberam cerca de 26 milhões de metical (aproximadamente 400 mil dólares) no ano de maior arrecadação. Um valor que, na sua perspectiva, está muito aquém do custo real de infraestruturas comunitárias.

“Um sistema de abastecimento de água como nós temos ali são 6 milhões de dólares. (...) Estamos sim num bom caminho a fazer o que podemos fazer com este valor, mas o desenvolvimento é muito exigente.”

Ao responder a preocupações levantadas durante o diálogo, reiterou que a Sasol cumpre suas obriga-

ções fiscais dentro dos prazos e que não tem qualquer ingerência sobre a gestão dos fundos após o pagamento ao Estado.

“A Sasol não pode monitorar o governo. Seria inverter papéis. (...) A Sasol paga os impostos na hora certa. E, para os que não sabem, a Sasol está no top 3 das empresas maiores pagadoras de imposto no país.”, frisou.

Sublinhou ainda que os dados sobre os pagamentos feitos pela empresa são públicos e acessíveis, reforçando o compromisso da Sasol com a transparência: “Tudo o que eu posso fazer aqui é dar informação sobre o que a Sasol pagou. Não estamos a dizer nenhum dado que não esteja ainda publica-

do. Estão esses dados no Ministério da Economia e Finanças.”

Num tom propositivo, Mosse sugeriu que o debate sobre a partilha de receitas evolua para um nível mais estratégico, centrado no conceito de *derivação fiscal*, com foco no alargamento do escopo dos impostos considerados para o cálculo da justa parte das receitas das comunidades afectadas, e incentivou a sociedade civil a usar os instrumentos legais à sua disposição para propor mudanças.

“A sociedade civil pode se aproveitar do conceito de iniciativa de lei e impulsionar uma mudança que possa realmente ajudar as nossas comunidades no seu desenvolvimento”, enfatizou.

Carmínio Mawai – Representante da Comunidade de Bazaruto

Na sua intervenção, Carmínio Mawai, representante da sociedade civil e da comunidade de Bazaruto, expressou preocupações sobre a equidade na distribuição dos fundos provenientes da exploração de recursos naturais, particularmente no que

diz respeito à componente dos 7,25% gerida a nível provincial. O orador iniciou com uma reflexão sobre o alcance limitado da alocação dos 2,75%, tradicionalmente direccionados apenas às comunidades directamente afectadas.



Segundo Mawai, em distritos como Inhassoro, onde existem 45 comunidades, é fundamental questionar se todas beneficiam efetivamente dos fundos — sobretudo aquelas que não estão formalmente classificadas como “comunidades hospedeiras”.

Mais especificamente, a transparência na distribuição territorial dos 7,25% e a ausência de mecanismos públicos que permitam às comunidades rastrear se foram ou não contempladas prevalecem como desafios críticos.

“Será que o governo, quando vai receber os fundos, vai alocar para Bazaruto, que não faz parte da comunidade hospedeira? Tem como monitorarmos isso? Essa é a preocupação”, frisou.

Para Mawai, este desafio está ligado não apenas à gestão financeira, mas também a um problema crônico de comunicação e partilha de informação clara entre o governo, as empresas e as comunidades. Face a estes desafios, chamou atenção para a necessidade urgente de fortalecer os mecanismos

de formação e comunicação comunitária, que são, segundo ele, o alicerce da transparência.

“É possível encontrar uma placa que diz que é de 2,75%. Será que toda a comunidade tem informação para discriminar que esse mercado aqui, esse alpendre aqui, foi os fundos sociais, foi o 2,75 ou foi o 7,25?”

Ao concluir, Mawai questionou a origem dos atrasos sistemáticos no desembolso dos fundos. Com base nas informações prestadas durante o encontro — e na posição pública da Sasol de que cumpre com as suas obrigações fiscais pontualmente —, indagou: “Se a Sasol diz, ‘não, eu paguei’, então por que estão atrasados a canalizar o valor no distrito?”

Fechou sua intervenção com um apelo à sociedade civil, instando-a a continuar a advogar pela criação de mecanismos de monitoria que permitam às comunidades acompanhar, com clareza, a origem, o valor e o destino dos fundos alocados ao desenvolvimento local.

“Estamos a dever aos empreiteiros há dois anos”, Adriano Chivambo, Chefe do Posto Administrativo de Inhassoro

A intervenção do Chefe do Posto Administrativo de Inhassoro, Adriano Chivambo, esteve centrada nos desafios operacionais e institucionais vividos ao nível mais local na implementação do modelo de partilha de receitas, particularmente os fundos dos 2,75%. Apesar de reconhecer melhorias na co-

municação entre o governo distrital e as localidades, foi enfático ao destacar a frustração crescente resultante da ausência de desembolsos em tempo útil, mesmo após a planificação participativa e o início de obras.

Chefe do Posto revelou que, desde a entrada em



vigor do Decreto n.º 40/2023, os últimos dois anos têm sido marcados por frustração e ausência de desembolso dos fundos.

“No ano de 2020, tudo estava bem [antes da aprovação do decreto]. Mas, a partir de 2023 e 2024, com a entrada em vigor do novo decreto, ficámos infelizes. (...) O conselho consultivo reúne-se, define os projectos prioritários, mas o dinheiro não é desembolsado ao longo dos 12 meses”, denunciou.

Mesmo após a selecção comunitária de projectos — como salas de aula para localidades sem nenhuma infra-estrutura educativa — os fundos não chegaram: “Sentamos, estou a falar do Conselho Consultivo da Localidade, do posto, senta-se, define aqui que são projectos prioritários e o dinheiro não cai durante os 12 meses.”

Essa desarticulação entre planificação e financiamento tem gerado uma situação dramática: empreiteiros contratados iniciam obras com base apenas na comunicação da existência de fundos, mas sem que os valores tenham sido efectivamente transferidos.

Os atrasos são apenas uma parte do problema. Segundo explicou, há outros desafios de nível operacional quando saímos do nível central ao local. A título ilustrativo, em 2022, um fundo que deveria ter sido alocado a Maimelane acabou a ser canalizado para o distrito de Govuro — sem explicações.

“No ano de 2022, há um fundo que foi cair em Govuro. Depois daquele fundo, não sabemos onde

ele parou. Será devolvido ao distrito, à localidade de Maimelane? Não.” A partir desse episódio, a localidade passou a planificar com base apenas na expectativa comunicada, sem fundos efectivos nas contas — o que resultou em dívidas acumuladas junto a empreiteiros

No plano institucional, chamou atenção para a necessidade de revitalizar os conselhos consultivos, que estão há quatro anos sem renovação formal. Não obstante esta limitação, avançou, os conselhos consultivos continuam a desempenhar um papel crítico para efeitos de transparência, prestação de contas e inclusão (sobretudo dos grupos marginalizados das mulheres e jovens).

“Exatamente ao nível da localidade de Maimelane, temos a percentagem de 20% para jovens e as mulheres a percentagem de 30%. Então temos seis mulheres e quatro jovens”, destacou.

Na parte final da sua intervenção, fez um apelo directo à sociedade civil para que amplifique as vozes locais perante as autoridades provinciais e nacionais, especialmente no que diz respeito à alocação dos 7,25%, que segundo ele têm beneficiado apenas uma das localidades do distrito.

“Temos essa situação dos 7,25%. Bem, essa vai à província. Mas temos também, a nível do distrito, algumas localidades que ainda não foram beneficiadas. (...) Gostaríamos de pedir à sociedade civil que leve essa informação até onde é possível levar, pelo menos dizer que o distrito está com esse choro”, enfatizou.

Márcia Orquestra Pascoal – Oficial de Campo, FOSCI

Márcia Orquestra Pascoal, oficial de campo da FOSCI, trouxe ao centro do debate a ausência de informação clara e acessível sobre os montantes efectivos a que se referem as percentagens de partilha de recei-

tas (2,75% e 7,25%). Na sua intervenção, mostrou-se preocupada com a capacidade das comunidades de compreenderem, discutirem e acompanharem a execução dos fundos públicos que lhes são destinados.



“Referindo aos 2,75 que são alocados às comunidades, gostaria aqui de saber: são 2.75, estamos a falar só dos porcentos, qual é o valor destes 2.75? Qual é o valor dos 7,25%?”, Questionou.

Márcia reconheceu que existem acções visíveis que beneficiam as comunidades, bem assim os avanços já alcançados com a implementação do novo modelo. Contudo, defendeu que, para que esses progressos sejam sustentáveis e apropriados pela população, é necessário traduzir as percentagens em valores concretos, inteligíveis para os ci-

dadãos.

“Todo mundo pode dizer que isso não está a resultar, aquilo está a resultar, mas na verdade temos acções concretas que estão a ajudar (...) precisamos de melhorias, claro, para a continuação dessas atividades.”

A sua intervenção encerrou com um apelo implícito por mais transparência e partilha de informação, elementos indispensáveis para o fortalecimento da participação das comunidades e da confiança nas instituições públicas.

VOZES DA BASE NOS DISTRITOS DE INHASSORO E GOVURO



Representante da Localidade de Pande

Na localidade de Pande, recebemos os fundos através da Secretaria Distrital. O nosso conselho consultivo, com 20 membros representando várias camadas sociais, escolhe os projectos prioritários. Já construímos furos de água, casa mortuária, enfermaria e um regadio. Há transparência, mas enfrentamos desafios. A comunidade questiona o guião que limita a escolha dos projectos. Também exigimos maior fiscalização, pois temos obras paralisadas, como um regadio há quatro anos. Queremos participar desde o concurso até à conclusão da obra.



Vulandjane

Em Maimelane, os primeiros anos do fundo foram marcados por falta de transparência e obras mal executadas. Lutámos como comunidade e hoje participamos na verificação das obras e na apresentação dos empreiteiros. Defendo a descentralização real, onde a comunidade escolhe os projetos sem imposições. O maior problema é a exclusão dos jovens, que se afastam por não receberem incentivos. Trabalhamos sem remuneração, mas os jovens não aceitam isso. Precisamos de soluções para garantir maior envolvimento e continuidade.



Temane

Sou representante do povoado de Temane, que faz parte da localidade de Maimelane. Recebemos um sistema de água através do fundo, mas é pouco para a nossa realidade. Em Temane, praticamente não existem projetos visíveis. Os jovens estão a reivindicar porque sentem-se excluídos e sem oportunidades. O projecto em curso poderá beneficiar apenas umas 30 pessoas. Queremos mais atenção para Temane, mais inclusão e mais investimentos que cheguem diretamente à juventude e tragam melhorias reais para a comunidade.



Representante da Localidade de Mangungumete

Em Mangungumete, apesar de haver furos, nunca vimos benefícios concretos dos 2.75%. Uma bomba de água foi instalada, mas acabou abandonada.. A comunidade continua a consumir água contaminada. Defendo que os fundos deviam priorizar água potável e não mercados que ficam ao abandono. Precisamos de investimentos que resolvam os problemas reais e que sejam discutidos com as comunidades, não impostos de cima para baixo.



Representante das Comunidades nos Acordos de Desenvolvimento

O principal desafio é a gestão das infraestruturas financiadas com os 2.75%. Há mercados e sistemas de rega que não são usados porque não há gestão eficaz. Precisamos de modelos claros e sustentáveis. Além disso, os jovens não se envolvem em actividades agrícolas porque procuram rendimento imediato. Temos de repensar os projectos, criando alternativas que respondam às necessidades urgentes da população e tragam ganhos visíveis, especialmente para os mais jovens e vulneráveis.

O EVENTO FOI REALIZADO NO ÂMBITO DO PROJECTO "FROM THE GROUND – REALIZING RIGHTS BY MOBILIZING FAIR EXTRACTIVE SECTOR REVENUES (FTG)", IMPLEMENTADO PELO CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS (CDD) E A OXFAM EM MOÇAMBIQUE, COM APOIO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA FINLÂNDIA.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: Gabriel Manguele
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

